

COMUNICADO DE IMPRENSA

FENEI/SINDEP SOLICITA À COMISSÃO PARITÁRIA A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE PROFESSORES

A FENEI/SINDEP, face ao agravamento da situação profissional da classe docente, decorrente do processo de avaliação de desempenho imposto nas escolas, entende que este ameaça o funcionamento normal das aulas, em virtude da sobrecarga burocrática. É regulador e revelador dum processo de centralismo governativo exacerbado, que atrofia a responsabilidade do exercício da cidadania em democracia, a isenção e a objectividade e até a normalidade de qualquer processo de avaliação que se requer simples, meritocrático e objectivo.

Hoje, na reunião da Comissão Paritária, a FENEI/SINDEP apresentou o texto abaixo transcrito, que **inicia um processo irreversível de luta**, se o Ministério da Educação (ME) não for capaz de, através do diálogo e da concertação, responder aos protestos de milhares de docentes do País.

A autonomia da escola e o seu processo de responsabilização perante a comunidade escolar estão transformados numa pseudo descentralização, bem musculada e dirigida pela burocracia do ME.

Contra todos estes afrontes à classe e à dignidade dos profissionais, o pilar de suporte do desenvolvimento do País, todas as manifestações que se desenvolvam são parcas e revelam o desespero daqueles que já nada têm a perder.

A Plataforma Sindical e a FENEI/SINDEP vão, pois, iniciar um processo de contestação, com um **Grande Plenário em Lisboa, no dia 8 de Novembro**, seguido de concentração junto ao ME, e propõe as seguintes exigências, dentro da Comissão Paritária:

"Tendo em conta o crescente clima de instabilidade, incerteza, receio e desorientação, existente na generalidade das escolas (bem visível nos blogues, abaixo-assinados, *e-mails* e imprensa em

geral), devido à tentativa de implementação do novo modelo de avaliação (mas também relacionado com a divisão da carreira e as quotas), a FENEI apresenta a seguinte posição:

1. Reitera a necessidade de a Comissão Paritária ter acesso a todos os documentos de reflexão do modelo de avaliação já produzidos, ou a produzir, pelas escolas e pelo Conselho Científico da Avaliação de Professores, em cumprimento do disposto no ponto 4 do "memorando";
2. Exige o cumprimento integral do ponto 6 do "memorando", no que respeita à definição de um crédito de horas destinado à concretização da avaliação de desempenho dos professores (incluindo os avaliados);
3. Entende que, em caso algum, a implementação do modelo de avaliação pode obrigar os professores a trabalhar mais de 35 horas semanais;
4. Exige a renegociação imediata do modelo de avaliação de desempenho, por entender que não é possível esperar até 2009, sob pena de total desnorte nas escolas, correndo-se mesmo o risco de se colocar em causa o normal funcionamento da instituição/escola;
5. Propõe a suspensão do modelo de avaliação e a adopção do modelo de avaliação simplificada, de modo a permitir que a avaliação se concretize de forma transparente e desburocratizada, ao contrário do que está a acontecer actualmente nas escolas, em que o modelo de avaliação está a ser uma fonte de problemas graves e um entrave, quer ao bom funcionamento das escolas, quer ao desenvolvimento da actividade docente com a qualidade e estabilidade necessárias."

Lisboa, 22 de Outubro de 2008

O presidente da FENEI e Secretário-geral do SINDEP

Carlos Alberto Chagas